

## OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E DA PRECARIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO: NEOLIBERALISMO E TRANSNACIONALIZAÇÃO

Fabiana Scoleso<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Tocantins

Recebido: 07/10/2016  
Aprovado: 23/06/2017

**Resumo:** A mundialização do capital sob o signo do neoliberalismo deu origem a uma dinâmica de integração da economia mundial que pressionou muitos países na década de 1990 a assumir as mesmas determinações como condição de se integrar ao novo mercado mundial. Os resultados desse processo para a classe trabalhadora podem ser vislumbrados pela desregulamentação do mercado e pela adoção de um processo de flexibilização das leis trabalhistas que, ao tempo, conduziu a classe trabalhadora a um intenso processo de precarização. A intensificação das premissas neoliberais fez ressurgir uma gama de movimentos sociais que, reformulados em forma e conteúdo deram respostas intensas contra as misérias, desemprego e exclusão, frutos desse sistema em várias partes do mundo, no campo e na cidade. No Brasil, as marcas do processo de neoliberalização da política econômica podem ser compreendidas já no contexto da década de 1980, quando as elites empresariais tomaram iniciativas para influir no texto da Constituição de 1988.

**Palavras-chaves:** mundialização do capital; neoliberalismo; movimentos sociais; transnacionalização.

### SOCIAL MOVEMENTS IN THE ERA OF GLOBALIZATION OF CAPITAL AND THE PRECARIOUSNESS OF THE WORLD OF WORK: NEOLIBERALISM AND TRANSNACIONALIZATION

**Abstract:** The globalization of capital under the neo-liberalism sign gave rise to an integration dynamic of the world economy that pushed many countries in the 1990s to take the same measurements as a condition to integrate the new world market. The results of this process for the working class can be glimpsed by the deregulation of the market and the adoption of a process of relaxation of labor laws that, at the time, led the working class to an intense process of precariousness. The deepening of neoliberal assumptions made a range of social movements resurface, redesigned in shape and content, having intense responses against misery, unemployment and exclusion, fruits of this system in several parts of the world, in both rural and urban areas. In Brazil, the marks of neoliberalization of the economic policy process can already be understood in the context of the 1980s, when the business elites took initiative to influence the text of the 1988 Constitution.

**Keywords:** capital globalization; neoliberalism; social movements; transnationalization.

---

<sup>1</sup> E-mail: fscoleso@uft.edu.br.

As lutas dos movimentos sociais nacionais e transnacionais têm se ampliado nos últimos tempos. Além das bandeiras habitualmente assumidas por eles pelas conquistas ou manutenção de seus direitos, a era de intensificação do neoliberalismo também trouxe à tona uma série de novas demandas muitas vezes esquecidas ou simplesmente ignoradas pelas sociedades e que do ponto de vista neoliberal passaram a fazer parte de valores opostos à nova tendência individualista/meritocrata desprezando seu potencial emancipador. Mais uma vez movimentos que foram expressões fundamentais na luta pelos direitos das mulheres, negros e indigenistas nos séculos passados agora voltam reconfigurados em força e conteúdo ganhando novamente os espaços públicos.

A conformação do capital transnacional e do modelo neoliberal que passa a ser praticado com maior dinamismo a partir da década de 1990 reproduziu seus contraditórios: movimentos antiglobalização e alterglobalização<sup>2</sup> ocuparam importantes espaços nos debates e permitiram compreender as dimensões territoriais transnacionais da mundialização do capital, seus espaços de resistência e de alternativas.<sup>3</sup>

As discussões em torno da categoria movimentos sociais adquiriu relevância há tempos. A professora Maria da Glória Gohn tem destacadas produções acerca da temática e grande aporte teórico-metodológico que lhe permitiu avançar seus estudos na década de 1990 e ampliar o entendimento sobre as novas ações coletivas,

Novos conceitos foram criados para dar suporte às novas ações tais como, responsabilidade social, compromisso social, desenvolvimento sustentável, empoderamento, protagonismo social, economia social, capital social, etc. O universo das categorias: justiça social, igualdade, cidadania, emancipação, direitos, lutas pelo biopoder etc. passa a conviver com outras categorias como capital social, inclusão social, mobilização, empoderamento da comunidade, auto-estima, responsabilidade social, compromisso social, sustentabilidade etc.

---

<sup>2</sup> De acordo com o grupo de pesquisas sobre globalização (GERM) o termo alterglobalização explica o processo de construção de alternativas ao que consideram paradigma dominante que é a globalização econômica, financeira e informativa. Para mais ver: <<http://www.mondialisations.org/php/public/art.php?id=22205&lan=PO>>.

<sup>3</sup> Para mais ver: HOUTART, François. **Forces et faiblesses de l'altermondialisation**. Paris: Le Monde diplomatique, 2003.

Inclusão social substitui a categoria exclusão, em termos de ênfase que esta teve nos anos 90, em estudos e pesquisas, num movimento contraditório que acompanha a ênfase nas novas políticas sociais e buscam dar suporte às novas ações coletivas. Na realidade, a maioria dos que utilizam estas categorias não está preocupada com a análise dos movimentos sociais em si, mas sim com as ações solidárias, o destaque ao empoderamento social, e, eventualmente, captar os possíveis conflitos sociais.<sup>4</sup>

Ainda que o novo cenário de reprodução da lógica capitalista tenha se complexificado e criado novas demandas de luta e a construção de novos espaços de resistência, os movimentos sociais se construíram no processo histórico, se concretizaram historicamente e entre suas perdas e ganhos permitiram que suas experiências pudessem redimensionar suas estratégias de luta transformando o mundo e as suas próprias relações.

O novo tecido social articulado com o sistema do capital global criou novas bases objetivas para a intensificação da exploração e seus imperativos constituíram o espaço e o conteúdo que os movimentos sociais passem a manifestar suas resistências. Alguns estudiosos se permitem qualificá-los como “novos movimentos sociais”. Preferimos dizer que sua historicidade não lhe permite o uso das aspas.

É como considerar que existiram rupturas quando na verdade se constituem em sua continuidade ainda que os temas e as demandas se diversifiquem ao longo do tempo, o que é natural. As relações sociais e seus nexos concretos são aspectos intrínsecos a história e desconectar os indivíduos dessa processualidade significa eliminar os elos causais que constituíram as formas de produção e reprodução do poder. Portanto, os antagonismos e contradições que identificamos na atualidade estão ligados historicamente ainda que sua fase atual se apresente como oposição ou superação do passado.

A atividade humana transforma o mundo e o próprio homem constantemente e ela avança através das que são contradições geradas. Como afirmava Marx e Engels “as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os

---

<sup>4</sup> GOHN, Maria da Glória. **Teorias sobre movimentos sociais: o debate contemporâneo.** CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., Curitiba, 2011. Anais... Curitiba: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011. p. 3-4.

homens fazem as circunstâncias”.<sup>5</sup> As mudanças da sociedade e sua atual conformação nada mais são do que resultado da práxis e do movimento dialético da história.

O presente paga tributo ao passado, um elo que muitas vezes é ignorado, mas que, como uma sonda, continua alimentando as perspectivas da atualidade na medida em que identificamos o quão vivas ainda são suas heranças. Neste sentido é evidente a necessidade de recuperarmos esses elos nos estudos aqui referenciados e nos movimentos que serão apontados na sequência como tentativa de conhecer a sua objetividade.

A consciência humana é histórica e relaciona-se com determinadas situações em seu tempo. Por isso são conferidos aqui, às bibliografias e aos movimentos sociais a seguir, o relevante papel analítico e condição de destaque na ampliação da compreensão sobre suas bases históricas e seus papéis na resistência às contradições impostas pela mundialização a era neoliberal. Apontar esses estudos significa amplificar as necessidades em torno da investigação cada vez mais intensa e constante das contradições advindas do mundo neoliberal.

Neste sentido vale destacar importante estudo de Margareth Keck e Kathryn Sikkink que em seu livro *“Activists Beyond Borders: advocacy networks in international politics”* dedicam atenção especial ao percurso histórico para a modernidade transnacional apontando diversos movimentos de caráter internacional desde o século XIX, como, por exemplo, os movimentos pelo sufrágio universal e os movimentos internacionais anti-escravismo.<sup>6</sup>

Mas é no contexto pós-Guerra Fria que a categoria transnacional reaparece sob a dimensão teórica e os efeitos da chamada Globalização. Entre os que dedicam especial atenção ao tema destacam-se Robert W. Cox<sup>7</sup> e Martin Shaw.<sup>8</sup> Cox analisa o papel dos movimentos sociais como resistência ao avanço neoliberal apontando que os problemas sociais gerados pela nova ordem internacional ofereceriam

---

<sup>5</sup> MARX, Karl.; ENGELS, F. Sobre a produção da consciência. In: FERNANDES, Florestan (Org). São Paulo: Ática, 1984. p. 204.

<sup>6</sup> KECK, Margareth.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

<sup>7</sup> COX, Robert W. **Globalization, Multilateralism and Democracy**. Providence, RI: Academic Council on the United Nations System, 1992.

<sup>8</sup> SHAW, Martin. **Theory of the global state: globality as an unfinished revolution**. Cambridge: University of Cambridge Press, 2000.

condições para uma ação contra hegemônica que pode ser desempenhada pelos movimentos sociais. Já Shaw procura analisar a sociedade civil global como forma de compreender sua ascensão e a importância dos movimentos transnacionais.

A quantidade de abordagens teóricas sobre a categoria só atesta a importância que ela adquiriu em tempos de mundialização do capital e a possibilidade de aprimorar as análises tornam cada vez mais evidente os elementos em comum presente nos movimentos sociais espalhados pelo mundo e adquirindo fundamental importância compreendê-los quando conseguimos resguardar a capacidade de distinguir os seus elementos históricos e as particularidades existentes nesses fenômenos.

Ainda explorando o conceito de “novos movimentos sociais” é essencial que apontemos que essa terminologia foi amplamente debatida pela sociologia alemã nos anos 1980, como aponta Leoni Wagner,

As tentativas de formação de categorias acerca de movimentos sociais sempre estão acompanhadas da dificuldade decorrente do fato de se tratar de formações fluidas e heterogêneas. Eles não têm uma data de fundação determinada, a membresia ou pertinência – e com isso também a capacidade de mobilização – são difíceis de determinar, eles se modificam juntamente com a área em que atuam, e em parte podem “sumir”. Além disso, movimentos sociais são influenciados por fatores tanto “internos” como “externos”, isto é, eles tanto estão relacionados com uma dinâmica social, política ou econômica, como também desenvolvem uma dinâmica “interna”: ex. mediante o grau de organização, a aceitação ou tolerância da heterogeneidade. Além disso, aquilo que se afirma em termos de categorias ou tipologias sobre um movimento social, noutro pode errar completamente o alvo. ‘A esquerda’, referida a movimentos sociais, tem na Europa diversas tradições acadêmicas e políticas. E aquilo que era válido para os movimentos sociais europeus nos anos 80 não necessariamente precisa ser válido no início do século 21.<sup>9</sup>

Fica claro que mudanças e particularidades são traços recorrentes da história e elas expressam possibilidades e limites na dinâmica social o tempo todo. Entretanto importa reconhecer que os aspectos internos e externos se correlacionam. É nessa equação que as condições particulares demonstram maior

---

<sup>9</sup> WAGNER, Leoni. Sobre o “envelhecimento” dos “novos” movimentos sociais na Alemanha: reflexões teóricas acerca de crise, paralisia e fim de um modelo exitoso. **Revista Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, a. 2, n. 1, junho, 2002. p. 31.

ou menor poder de ação porque nelas aparece o reflexo da própria história e as condições objetivas de enfrentamento e superação das novas contradições.

Outro estudioso do tema bastante reconhecido internacionalmente é Boaventura de Sousa Santos. Em seus estudos sobre a globalização neoliberal destaca que em contraste ao desenvolvimento deste cenário emerge também uma globalização de outro tipo, constituída por redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais que se mobilizam a fim de lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, a destruição ambiental e tantas outras demandas produzidas direta ou indiretamente pelo neoliberalismo.

Em minha opinião, é nesta globalização alternativa e no seu embate com a globalização neoliberal que estão a tecer os novos caminhos da emancipação social. Este embate, que metaforicamente se pode caracterizar como embate entre o Norte e o Sul, tende a ser particularmente intenso nos países de desenvolvimento intermédio ou países semiperiféricos e, portanto, e neles também que as potencialidades e os limites da reinvenção da emancipação social mais claramente se revelam.<sup>10</sup>

Importante ressaltar que a resistência sempre esteve presente nas ações daqueles constantemente oprimidos e que os movimentos do passado enriquecem as ações do presente por mais novos que suas perspectivas se apresentem. Mas é preciso cautela ao querer validar novos termos correndo o risco de desconectá-los da história retirando sua premissa ontológica.

As últimas décadas de avanço neoliberal e suas reformas liberais construíram um cenário que nos permite analisar as premissas políticas e econômicas que potencializam o renascer, o ressurgir e o reinventar dos movimentos sociais. No Brasil e no mundo foi possível observar um número grande de movimentos relacionados a ofensiva do capital e as reformas neoliberais. Na era da internet a rapidez foi e continua essencial para acompanharmos os passos das resistências em todo mundo. Espalharam-se redes de solidariedade e apresentaram as especificidades e os contextos de suas lutas. Cada qual com sua marca e dinâmica própria.

---

<sup>10</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2005. p. 12.

Os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais. A constituição de redes é operada pelo ato da comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações. Para a sociedade em geral, a principal fonte de produção social de significado é o processo de comunicação socializada. Este existe no domínio público, para além da comunicação interpessoal. A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada num padrão em constante mudança.<sup>11</sup>

Além dessa relação que as novas tecnologias nos permitiram ter com os movimentos sociais mundo afora se torna cada vez mais necessário compreender o fator propulsor dessas resistências que se multiplicaram em tempos de mundialização. As novas formas de comunicação permitiram constatar a enorme quantidade de movimentos assim como suas formas políticas e organizacionais. Entretanto, também pudemos perceber a forma como os Estados têm reagido a essas resistências sendo que a violência tornou-se a tônica de um número significativo de confrontos.

Portanto é imperativo analisar as condições políticas e econômicas presentes nas estruturas de um conjunto de lutas como forma de gerarmos uma compreensão dessas relações sociais. Somente assim é possível compreender se esses movimentos tiveram condições de alterar o “chão social” do qual o Estado neoliberal visa conservar.

Há que se considerar que a mundialização do capital é o elo que interliga e potencializa os movimentos sociais que se espalharam pelo mundo, em especial a partir da década de 1990. A dificuldade que muitas vezes encontramos para compreender esses elos e suas noções estão presentes nas particularidades linguísticas, étnicas e ancestrais, territorial/geográfico.

Embora esses aspectos sejam ingredientes fundamentais para a potencialidade de um movimento social considerando toda a historicidade presente em seu interior, o sistema do capital reconstituiu seu caráter totalizador tornando-se mais dinâmico no seu controle sociometabólico. Apesar das

---

<sup>11</sup> CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 11.

singularidades de cada território e das particularidades históricas presentes nas suas dimensões de luta, a mundialização consolidou uma estrutura hierárquica de comando do capital capaz de estabelecer novas correlações entre economia e política em nível nacional e transnacional.

Como um modo de controle sociometabólico, o capital, por necessidade, sempre retém seu primado sobre o pessoal por meio do qual seu corpo jurídico pode se manifestar de formas diferentes nos diferentes momentos da história. Da mesma forma, se os críticos do sistema soviético reclamam apenas da 'burocratização', eles erram o alvo por uma distância astronômica, pois até mesmo a substituição completa do 'pessoal burocrático' deixaria de pé o edifício do sistema do capital pós-capitalista, exatamente como a invenção do 'capitalista solícito', se fosse viável de alguma forma milagrosa, não iria alterar minimamente o caráter absolutamente desumanizante do sistema do capital 'capitalista avançado'.<sup>12</sup>

A mundialização do capital sob o signo da globalização incorporou no mundo uma forma moderna, integradora e transnacional de fundir a produção mundial dando ao processo produtivo e ao mundo do trabalho um novo caráter. Com isso as vantagens/desvantagens do mundo neoliberal adentraram espaços politicamente muito bem constituídos, assim como penetraram em locais onde as demandas sociais ainda não eram realidade plausível para a sua população. Desta forma os benefícios da modernidade neoliberal e sua expansão logo se converteram, nos países em que os direitos sociais e trabalhistas ainda eram e são frágeis, em problemas de ordem cada vez mais complexos como a consequente destruição e precarização da classe trabalhadora.

Ao longo do último século, é certo que o capital invadiu e subjugou todos os cantos de nosso planeta, tanto os pequenos como os grandes. No entanto, ele se mostrou absolutamente incapaz de resolver os graves problemas que as pessoas têm de enfrentar na vida cotidiana pelo mundo afora. No mínimo, a penetração do capital em cada um dos cantos do mundo 'subdesenvolvido' só agravou esse problema. Ele prometia 'modernização', mas, depois de muitas décadas de intervenção trombeteada em alto e bom som, só ofereceu a intensificação da pobreza, a dívida crônica, a inflação insolúvel e uma incapacitante dependência estrutural.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 98.

<sup>13</sup> *Ibidem*. p. 92.

Em relação ao mundo do trabalho a diminuição dos direitos, muitas vezes concebidos pelas regras de flexibilização das leis trabalhistas, criou novas modalidades de trabalho alterando significativamente a morfologia laboral e conduzindo o trabalhador a um rápido processo de precarização e também a uma fragmentação/individualização das suas relações de trabalho que criaram grandes dificuldades para preservar os laços de solidariedade tão presentes em décadas anteriores no movimento operário e sindical.

A experiência da precarização do trabalho no Brasil decorre da síndrome objetiva da insegurança de classe (insegurança de emprego, de representação, de contrato etc) que emerge numa textura histórica específica – a temporalidade neoliberal. Ela é elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do Estado neoliberal. Possui como base objetiva, a intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho e o desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; além, é claro, da fragmentação social nas cidades, em virtude do crescimento exacerbado do desemprego total e a deriva pessoal no tocante a perspectivas de carreira e de trabalho devido à ampliação de um precário mercado de trabalho.<sup>14</sup>

Quando falamos em movimentos sociais nacionais e transnacionais concebemos uma categoria de dimensão chave para aprofundarmos as investigações como formas de conhecermos os aspectos comuns que promoveram nas últimas décadas movimentos intensos contra as privatizações, o desemprego e a chegada iminente do agronegócio nas comunidades tradicionais artesanais, familiares e camponesas. O caso boliviano é um exemplo disso,

Na medida em que o projeto de desenvolvimento capitalista, posto em marcha pelas reformas liberais, reforçou uma estrutura econômica caracterizada por pequenos nodos de modernização técnica organizativa – que articulam verticalmente uma gama gigantesca de atividades, tecnologias, saberes e redes organizativas econômicas tradicionais, artesanais, camponesas e familiares – criou-se um regime de acumulação híbrido e fragmentado de uma lógica de escassa ‘modernização’ de enclaves econômicos transnacionalizados (mineração, sistema bancário, petróleo, telecomunicações, cocaína) sobreposta e parcialmente articulada, sob modalidades de exação, dominação e exploração de estruturas econômicas não modernas de tipo agrário-comunal, pequeno-camponesa, artesanal, microempresarial, doméstico-familiar, etc. Pode-se dizer que o modelo

---

<sup>14</sup> ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**. Londrina: Práxis, 2007.

de desenvolvimento contemporâneo é uma integração defeituosa de espaços majoritários de subsunção formal com pequenos, mas densos e dominantes, espaços de subsunção real de estruturas trabalhistas, de circulação e consumo sob o capital.<sup>15</sup>

A compreensão acerca dos movimentos sociais nacionais e transnacionais está intrinsecamente ligada a uma linha de análise que toma como referência a mundialização do capital, o modelo de desenvolvimento contemporâneo e os vínculos estabelecidos entre as classes sociais dos países inseridos no rearranjo das forças produtivas no espectro do neoliberalismo. A investida do capital sob a premissa neoliberal em áreas e regiões com distintas formações históricas destituiu famílias e excluiu povos originários do uso da terra, constituindo a ofensiva da integração de acordo com a lógica deste modelo, passando por cima de qualquer premissa constitucional de defesa dos interesses nacionais porque tem a prerrogativa, junto ao Estado, de alterar o status da posse da terra.

Os complexos movimentos sociais, do campo e da cidade, e os debates mais atualizados acerca das questões indigenistas, afrodescendentes e feministas precisam ser compreendidos dentro dessas novas esferas considerando sua dimensão ontológica que representam a reprodução de uma lógica.

Por este motivo faz-se necessário não apenas compreender os aspectos que conformam o novo sistema do capital como também analisar e compreender as particularidades históricas das sociedades que aqui serão indicadas por terem sido expressões dos movimentos sociais no período neoliberal. Sabemos que em um artigo é estratégia bastante limitada para expor tantos aspectos. Entretanto indicamos aqui essa necessidade.

No caso da América Latina onde alguns dos movimentos sociais aparecem aqui citados é preciso recordar a grande transformação regional do ponto de vista do poder político e das influências externas que conduziram a um ajustamento estrutural e que trouxe à tona assimetrias que acentuaram a superexploração e a precarização do trabalho no campo e na cidade. O volume da dívida externa aumentou drasticamente em função da elevação das taxas de juros e da consequente suspensão de novos empréstimos. As políticas de ajuste estrutural

---

<sup>15</sup> LINERA, Álvaro García. **A potência plebeia:** ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia. Boitempo/Clacso: São Paulo, 2010. p. 243.

executadas sob a liderança do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial conduziram os Estados a adotarem um novo aparato jurídico articulado com o livre mercado favorecendo a abertura para o capital internacional. Desta forma se dava a integração subordinada ao centro do sistema mundial.

A introdução da programática neoliberal definidas no chamado “Consenso de Washington” em 1989 também redefiniu o papel dos Estados a fim de cumprir o novo repertório neoliberal nos ajustes fiscais, na flexibilização dos direitos sociais e na desregulamentação do mercado. Assumir e cumprir essa programática eram formas de garantir sua integração e os espaço do capital que tem na mundialização sua grande expressão.

Os resultados desse processo poderão ser compreendidos e sentidos na medida em que os movimentos sociais ressurgem e se tornam expressão das contradições produzidas por esses compromissos que os Estados assumiram nessa nova integração. O desemprego, os expurgos territoriais, a destruição ambiental e tantos outros são os cenários que reativam a luta dos movimentos sociais em torno das suas demandas. A “democracia neoliberal global” fomentou uma nova arena internacional e as grandes empresas transnacionais adquiriram o status político de pressão e barganha principalmente nos países periféricos. O resultado foi a elaboração de um conjunto de ações jurídicas que eliminou barreiras legais, criou nova legislação aduaneira e permitiu uma reestruturação política e produtiva alinhada com os interesses das grandes empresas transnacionais e dos países que estas representam.

A queda de barreiras legais, como a flexibilização das leis trabalhistas, a consolidação de novas regras de importação e exportação, permitiu recompor o capital dentro de um modelo de produção que desemprega, precariza, fragmenta e desvaloriza a força de trabalho. No campo os novos licenciamentos ambientais permitiram que áreas gigantescas fossem exploradas por empresas transnacionais sem que se tocasse em temas como preservação das áreas verdes. Os povos originários foram as cruéis vítimas do avanço de políticas de fomento ao agronegócio. E os confrontos não demoraram a aparecer.

Os programas de desestatização transferiram importantes empresas que compunham o patrimônio nacional para o setor privado que com o discurso da

melhoria da qualidade dos serviços, aumentou vertiginosamente os preços no fornecimento de água, luz e gás. Diante desses fatores os movimentos sociais não encontraram alternativa a não ser ressurgir como força de resistência.

É preciso recordar que há 26 anos ocorria a *Marcha por El Territorio y la Dignidad*, movimento indigenista que se organizou contra o governo de Jaime Paz Zamora que pressionado, emitiu três decretos supremos de reconhecimento dos territórios indígenas a favor dos povos sirionó, moxeños, chimanes, yuracarés y movimas. A Bolívia foi também palco da *Guerra da Água de Cochabamba* no ano 2000 que mobilizou massivamente a população contra a transnacional que geria o sistema de água e esgoto da cidade. Uma significativa ofensiva contra o modelo neoliberal de privatização. Em 2003 foi a vez da *Guerra do Gás* mais um movimento que mobilizou o país e afetou a ordem pública. A exportação do gás seria um negócio conduzido por três grandes grupos petrolíferos que formaram um consórcio: a Pacific LNG. Composta pela British Oil, British Petroleum e pela Repsol/YPF juntamente com um acordo entre Bolívia e Chile o gás seria exportado para o México e Estados Unidos. A violência foi a marca do conflito. Em um mês de confronto 80 pessoas perderam suas vidas e 400 ficaram feridas. Os movimentos sociais em torno do gás expressaram mais uma vez na Bolívia a tentativa de evitar a privatização das reservas de hidrocarbonetos e o controle de seus preços por parte de grandes conglomerados internacionais.<sup>16</sup>

A década de Carlos Menem na Argentina é também um marco na expansão do neoliberalismo na América Latina que promoveu de forma acelerada o processo de privatização assim como profunda desregulamentação do mercado. O *Plano de Convertibilidade* de 1991 estabeleceu a paridade com o dólar e promoveu a quebra de barreiras alfandegárias além da redução de gastos em setores sociais. A *Lei Nacional de Empregos* assumiu os pressupostos da flexibilização das leis trabalhistas e contribuiu para a precarização de imensa massa de trabalhadores. Os impactos gerados por esse conjunto de medidas criticado pela população argentina produziram uma gama de movimentos contrários ao governo.

---

<sup>16</sup> Para mais assistir “Bolívia: a guerra do gás”, de Carlos Pronzato.

Foram inúmeros os movimentos sociais que adquiriram a consolidação de novos sujeitos políticos, assim como novas formas de organização coletiva apareceram quando a taxa de desemprego no país chegara a 20% da população ativa no final dos anos 1990. A reeleição de Carlos Menem em 1995 e o aprofundamento das políticas neoliberais em torno da conversibilidade monetária e precariedade das relações trabalhistas foram aspectos que incentivaram resistências, principalmente nas empresas públicas privatizadas. A venda da empresa *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* foi o estopim para surgir na cena argentina o *Movimento dos Piqueteiros*: uma parcela de trabalhadores desempregados sem qualquer relação com a burocracia sindical e que interditavam ruas e avenidas conseguindo estabelecer uma linha de resistência e solidariedade.<sup>17</sup>

No México o *Exército Zapatista de Libertação Nacional* (EZLN) também se insurgiu desta vez contra a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Na oportunidade homens encapuzados tomaram as prefeituras de diversas cidades da região de Chiapas com o intuito de extinguir o NAFTA e conseqüentemente a submissão que seus acordos provocariam para o país, além de denunciar diversos casos de corrupção nos governos locais. Em 2006 mais uma vez os movimentos sociais ocuparam praças e avenidas em Oaxaca, México. Protagonizados, desta vez, pelos professores e suas associações por aumento de salário e melhorias no sistema educativo.

No Brasil o *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra* (MST) desde seu surgimento na década de 1980 enfrentou o tema da reforma agrária e a luta pela terra de maneira autônoma. Em seu primeiro congresso em 1985 com lema “*Sem reforma agrária não há democracia*”, paulatinamente conquistaram importantes vitórias como os artigos 184 e 186 da Constituição brasileira que versam sobre a desapropriação de terras que não cumpriam função social. Entretanto foi nos anos 1990 que os embates no setor agrário se tornaram mais intensos.

Com o avanço do agronegócio e o aprofundamento da miséria no campo movimentos mais intensos foram se formando. O mais emblemático deles

---

<sup>17</sup> HOPSTEIN, Graciela. **A rebelião argentina**: assembleias de bairro, piqueteros e empresas recuperadas. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

completou em 2016 vinte anos. Em 1996 os trabalhadores do Movimento Sem Terra faziam uma caminhada até Belém, quando foram impedidos pela polícia de prosseguir. A ação repressiva dos policiais levou inúmeros trabalhadores à morte. Esse episódio é conhecido internacionalmente como o *Massacre de Eldorado dos Carajás*. Até hoje nenhum policial ou autoridade política foi responsabilizada pelo episódio o que demonstra total descaso com o ocorrido.

Diante disso e de tantos outros casos de violação de direitos e de constantes conflitos no campo que levaram à morte camponeses, missionários e líderes de movimentos populares é possível compreender que as relações de poder local ainda se sobrepõe a qualquer ordem jurídica existente (ainda que saibamos de que lado a ordem jurídica estabelecida atua) o que explica os constantes episódios de mortes não esclarecidas nestas regiões.

No ano de 1999 o protagonismo passava para a cidade de *Seattle*, nos EUA, onde ocorreram intensos movimentos antiglobalização demonstrando capacidade de organização e visibilidade no cenário internacional. Para muitos os movimentos de Seattle representaram uma superação nas formas de mobilização, pois além de unificar movimentos de diversas naturezas (sindicais, organizações não governamentais, universitários) forjou uma nova arena de debates que superava o âmbito local ou nacional. Sua capacidade de organização possibilitou a elaboração de *Fóruns Sociais* e importantes protestos contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e contra a Guerra do Iraque.<sup>18</sup>

A crise financeira de 2008 e seus sucessivos protestos motivados pelo aprofundamento do desemprego, subemprego e da miséria foram representados pelos inúmeros *Ocuppy's*,<sup>19</sup> sendo que o *OWS (Occupy Wall Street)* se transformou em referência na luta contra a globalização. Há uma explicação para isso: cerca de 2,6 milhões de empregos foram perdidos em 2008, e muitos passaram a perder as suas casas e suas poupanças enquanto o governo se empenhava em salvar indústrias automobilísticas e o sistema financeiro. Os protestos se espalharam e

---

<sup>18</sup> BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echart. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 28-36, jan/abr 2010.

<sup>19</sup> HARVEY, David.; DAVIS, Mike.; ZIZEK, Slavoj et all. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Boitempo: São Paulo, 2012.

cruzaram o mundo: de acordo com o jornal *The Guardian*, 951 cidades em 82 países receberam protestos, grande parte em solidariedade às manifestações de Nova Iorque.<sup>20</sup>

Os protestos na *Praça Taksim* em 2013 também foram profundamente significativos. Pessoas de todas as classes sociais exigiram mudanças em um país profundamente dividido politicamente. O que começou como um protesto ambientalista contra a derrubada de árvores centenárias e contra a corrupção da construção civil que insistia em derruba-las para iniciar a construção de um novo prédio, se transformou em um movimento radicalizado. Os manifestantes ocuparam e acamparam na Praça Gezi que fica ao lado da Praça Taksim e é a maior área verde da cidade de Istambul. A repressão policial foi descabida o que fez a manifestação aumentar numericamente e em conteúdo e os confrontos se tornarem ainda mais intensos. A luta contra a apropriação da cidade pelas grandes companhias de construção civil revelou o quanto o espaço urbano e a especulação imobiliária se tornaram empreendimentos vantajosos para os grandes investimentos imobiliários, enquanto a população era e continua sendo banida e empurrada à exclusão e as áreas verdes completamente destruídas em nome do capital.<sup>21</sup>

Em 2011 a *Marcha dos Indignados* invadiu a cena na Espanha e abriu importantes debates sobre a crise econômica europeia e a adoção do arrocho fiscal por parte do governo espanhol. Foram 34 dias de marcha com grupos representando diversas partes do país. Naquele ano o desemprego entre a população jovem chegou à casa de 43% enquanto a crise econômica no país deixou mais de um milhão de famílias em que todos os integrantes estavam desempregados em condição precária.<sup>22</sup>

Não é de hoje também que a França protagoniza diversas marchas contra a perda dos direitos trabalhistas. Atualmente, desde o dia 31 de março de 2016, os franceses se reúnem todas as noites contra a proposta de reforma trabalhista do

---

<sup>20</sup> Para mais ver: <<http://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2015/sep/16/occupy-wall-street-four-years-later-timeline>>.

<sup>21</sup> Para explorar mais estas questões em torno da ocupação das cidades e luta pela moradia sugerimos ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

<sup>22</sup> Para mais ver: <[http://elpais.com/elpais/2011/05/15/actualidad/1305447428\\_850215.html](http://elpais.com/elpais/2011/05/15/actualidad/1305447428_850215.html)>.

governo. Nesses encontros são discutidos projetos e demandas em assembleias populares. A *Nuit Debout* (Noite Desperta) se transformou em um movimento nacional, com reuniões em cerca de 15 cidades francesas na tentativa de pensar uma nova sociedade, confluir lutas e desencadear ampla mobilização contra a reforma trabalhista proposta pelo governo de François Hollande.

O mercado mundial constituído, no campo e na cidade, nos setores industriais e no agronegócio, demonstra o quanto a reengenharia do capital e o novo papel do Estado permitiram que o neoliberalismo alcançasse um novo patamar colocando os interesses privados acima dos interesses das sociedades.

A *Primavera Árabe* constituiu momento marcante na revolta social que derrubou governos ditatoriais na Tunísia, Egito e Líbano conduzidas pelo povo e que abalou as velhas oligarquias.<sup>23</sup> O início do movimento foi marcado pelo desespero de um jovem de 26 anos, Mohammad Bouazizi, vendedor de frutas e legumes tunisiano. Humilhado e impedido de realizar seu trabalho ateou fogo no próprio corpo no dia 17 de dezembro de 2010 falecendo alguns meses depois. Sua atitude desencadeou uma onda de revoltas e manifestações que se espalharam pelo mundo árabe contra os governos autoritários do Oriente Médio.

Embora os movimentos pareçam isolados, eles estão inserido em um processo histórico de longa duração que envolve relações de poder, geopolítica e principalmente a manutenção de uma área de influência e poder econômico por conta do potencial petrolífero da região.

Os movimentos sociais e a Primavera Árabe contribuíram para uma reorganização dos governos, entretanto, a recomposição política local se deu na esfera da defesa dos interesses do grande capital.

As sucessivas greves que ocorreram na Grécia e na Espanha contra o desemprego e contra a *troika* (União Europeia, FMI e Banco Europeu- política de austeridade praticada pela União Europeia) também representam parte fundamental desse processo de miséria e precarização. A Inglaterra também viveu seus dias de “chamas” nas ruas do bairro de *Tottenham*, no norte de Londres.

---

<sup>23</sup> VISENTINI, Paulo Fagundes. **A primavera árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

As novas tecnologias e as novas mídias sociais permitiram o mundo interagir com esses acontecimentos. Os espaços virtuais, de observação, debate e comunicação contribuíram para a difusão e o relacionamento desses fatos com a sociedade em geral rompendo, mesmo que parcialmente, os detentores do controle das comunicações<sup>24</sup>.

As desigualdades sociais, a concentração de renda, violência policial em nome da “ordem” são os cruéis resultados dessa nova conformação do capital e da sua lógica destrutiva e suas várias tentativas de marginalizar e criminalizar os movimentos sociais potencializaram a ocupação de praças e avenidas, escolas e fazendas, transformando os movimentos urbanos e do campo em expressão da não-integrabilidade do capital.

Em seu livro *“Para além do capital”*, István Mészáros dedica capítulo especial para analisar a ordem de reprodução sociometabólica do capital e o modo de controle que se sobrepõe a tudo através de um corpo jurídico que se manifesta de diferentes formas ao longo da história, assim como sua necessidade de se apresentar como justificativa ideológica “absolutamente inquestionável” que reforça a ordem estabelecida.<sup>25</sup>

É neste aspecto, o neoliberal, que podemos observar a convergência de atuação assim como observar o papel contra-hegemônico que os movimentos sociais são capazes de demonstrar. O neoliberalismo se tornou o intercâmbio político e econômico, o elo de expansão e dominação do capital sob diferentes métodos consolidando formas de exploração, utilizando a máxima do desenvolvimento e modernização e que se fortaleceu diante da retomada neoliberal na Europa no início dos anos 1990. Se estabelecendo após enorme recessão no final da década de 1980, as políticas neoliberais impuseram novos paradigmas para as sociedades em uma trama de interesses que imputaram novas formas de subordinação, fundamentalmente entre capital e trabalho e que se espalharam mundialmente. De acordo com Perry Anderson,

---

<sup>24</sup> CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

<sup>25</sup> MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 99.

Não somente o thatcherismo sobreviveu à própria Thatcher, com a vitória de Major nas eleições de 1992 na Inglaterra. Na Suécia, a social-democracia, que havia resistido ao avanço neoliberal no anos 80, foi derrotada por uma frente unida de direita em 1991. O socialismo francês saiu bastante desgastado das eleições de 1993. Na Itália, Berlusconi – uma espécie de Regan italiano – chegou ao poder à frente de uma coalizão na qual um dos integrantes era um partido oficialmente fascista até recentemente. Na Alemanha, o governo Kohl provavelmente continuará no poder. Na Espanha, a direita está às portas do poder.<sup>26</sup>

A análise que Perry Anderson, realizada nos primeiros anos da década de 1990, destaca a articulação de forças políticas nos países considerados fundamentais na recomposição do capitalismo mundial. As lideranças que subiram ao poder permitiram que uma nova reengenharia política entrasse em curso e coordenasse os esforços que permitiram a quebra de barreiras comerciais e eliminasse as restrições jurídico-administrativas que impediam os fluxos de capital em nível mundial. A hegemonia neoliberal é expressão do comportamento de partidos e elites que estão no poder porque ditam os rumos da economia e constroem um campo jurídico que permite e amplificam sua expansão.

Outro aspecto relevante a se considerar são as relações entre o capital transnacional sob a ótica da financeirização que impôs novas condições ao relacionamento entre capital e trabalho atingindo diretamente os setores mais tradicionais da produção e desconstruindo seus espaços, forçando uma relação negociadora já que o confronto passa a ser dirimido desta forma na medida em que o desemprego e novas modalidades de contratação se tornam políticas de Estado.

O estudioso francês François Chesnais em seu livro “A mundialização do capital” publicado no Brasil em 1996 já apontava o papel desta nova liberalização econômica para o comércio exterior e para os movimentos de capitais que “permitiram impor, às classes operárias dos países capitalistas avançados, a flexibilização do trabalho e o rebaixamento salarial”.<sup>27</sup>

Com o seu desenvolvimento a tendência era alinhar interesses e promover o deslocamento de capitais principalmente para áreas de baixa proteção social e baixos salários. O neoliberalismo proposto para países nessas condições, como no

---

<sup>26</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: BORÓN, Atílio, SADER, Emir (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 17.

<sup>27</sup> CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 40.

caso daqueles que compõe a América Latina, seria uma derivação do sistema que teria como pressão as agências internacionais (G7, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, OTAN, Organização Mundial do Comércio) sob a hegemonia norte-americana e o mecanismo do Estado como fator regulamentador e mediador.

O novo poder financeiro é encarnado pelo Estado o que faz dele uma instituição que age conforme tais interesses e normativas. A mundialização do capital sob a ótica da financeirização trouxe novos temas à lógica societária contemporânea alterando significativamente a morfologia do trabalho e os padrões de relacionamento entre sindicatos, governo e empresas. O avanço tecnológico e a ampliação das formas de gestão e de organização do trabalho, resultado de uma profunda reengenharia produtiva conhecida como reestruturação produtiva, que reorganizou o espaço produtivo sob a ótica do toyotismo sistêmico caracterizadas pelos *Programas de Qualidade Total, just-in-time, Controle Estatístico de Processos e Sistema de Estoque Mínimo*.

O caráter mais 'mais amplo da modernização' inclui um vasto complexo de reestruturação produtiva no qual se observam, por exemplo, a instituição de células de produção, a organização espacial das fábricas, a divisão de instalações industriais em 'minifábricas' (e seu desdobramento radical no consórcio modular e condomínios industriais – uma nova e radical terceirização), o desenvolvimento de 'relações de cliente' entre os setores da fábrica, o kanban, a flexibilização das funções e a polivalência. Todas as novas técnicas de organização da produção capitalista incorporam o espírito do toyotismo – a captura da subjetividade operária pela lógica do capital diante da constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho.<sup>28</sup>

A interface das novas formas e relações de produção aliadas a políticas que facilitaram a entrada de recursos e insumos permitiram mudanças expressivas nas formas de produção e que impactaram diretamente o mundo do trabalho. O salto tecnológico desmontou expressivos parques industriais produzindo importantes fenômenos como a desindustrialização<sup>29</sup> e o surgimento de polos produtivos em

---

<sup>28</sup> ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 223-224.

<sup>29</sup> Países como Argentina, México, Brasil e Rússia são nítidas evidências desse processo como ressalta ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal**: Collor, FHC e Lula. São Paulo: Autores Associados, 2004. P 25.

áreas de pouca resistência ou nenhuma experiência sindical, tendo como consequência um aumento expressivo do desemprego e da precarização o que revela a dimensão destrutiva deste novo cenário propagandeado como moderno, mas munido de aspectos contraditórios. Os imperativos desse capital financeirizado e de toda reestruturação que provoca nas sociedades precisa de um Estado “modernizador” que atue de forma corretiva que protege ou limita as novas forças estabelecidas,

No que se refere à possibilidade de administrar a separação e o antagonismo estruturais de produção e controle, a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho. Isso se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica. Sem essa estrutura jurídica, até os menores ‘microcosmos’ do sistema do capital – antagonicamente estruturados – seriam rompidos internamente pelos desacordos constantes, anulando dessa maneira sua potencial eficiência econômica.<sup>30</sup>

É nesse contexto que os grupos industriais transnacionais articulados às instituições financeiras passam a exercer o comando da acumulação formando uma intensa pressão sobre os Estados, estes atuam como mentores e mediadores neoliberalizando as regras do capital na forma de desregulamentação da economia. Esse processo abriu as fronteiras para a realização de grandes empreendimentos e contribuiu para a construção de novos territórios produtivos, uma nova regionalização, tendo o Estado como mediador de interesses e cumprindo a tarefa política de abrir o mercado e garantir sua expansão. De acordo com Gérard Duménil e Dominique Lévy,

Para definir o neoliberalismo, é necessário recorrer a uma teoria da sociedade, quer dizer, das classes e do Estado, de inspiração marxista. Fundamentalmente, o neoliberalismo corresponde à reafirmação do poder da finança depois de um período de perda da hegemonia; trata-se, assim, do segundo período de hegemonia da finança. (...) O Estado é a instituição que encarna o poder das classes dominantes, por meio do qual a dominação é imposta ao resto da sociedade. Ele permite que essas classes ajam coletivamente. Essa concepção de Estado se opõe

---

<sup>30</sup> MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 107-8.

àquela que o consideram uma instituição autônoma, geralmente em oposição ao mercado. Ela também contradiz uma visão da democracia que coloca o Estado acima das classes. É verdade que, em uma democracia, o poder das classes dominantes repousa sobre o compromisso entre diferentes frações das classes dominantes e entre estas e certos subconjuntos das outras classes (especificamente as classes médias).<sup>31</sup>

O Estado passava a executar essas novas atividades expondo suas responsabilidades na condução do projeto de reformulação da economia nacional pelo processo de reestruturação produtiva e de abertura do mercado à competição internacional. Para ele, significava propagandear a inserção favorável da economia no mercado externo, a melhoria contínua dos padrões de qualidade e competitividade da produção, dos produtos e dos preços no mercado interno, aumentando a competição nos setores oligopolizados.

O protagonismo das elites industriais é evidente nesta história e coube a essa classe executar funções ainda mais extensas que o Estado porque atuaram como militantes e como força política que permite uma intensa articulação dentro das esferas parlamentares para que a liberalização política fosse adotada como modelo de política do Estado. O resultado disso pode ser verificado no volume financeiro acumulado por alguns grandes grupos econômicos internacionais já nos primeiros anos da década de 1990,

É inegável o papel fundamental dos grandes grupos no seio da economia mundial. Lembremos apenas que o volume de negócios da General Motors é mais importante que o PNB da Dinamarca, o da Exxon é superior ao PNB da Noruega e o da Toyota é superior ao PNB de Portugal. É impossível subestimar o papel dos grandes grupos quando sabemos que as 200 maiores empresas multinacionais realizaram um volume de negócios equivalente a 26,8% do PIB mundial em 1992, percentual em contínuo crescimento no curso da década, e que algumas centenas de grupos realizaram um fluxo interempresas equivalente a cerca de 30% do comércio mundial. Essa hegemonia sobre os fluxos comerciais e de investimentos é bem conhecida e muito comentada, assim como o seu impacto nos sistemas produtivos nacionais e no emprego.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> DUMÉNIL, Gérard.; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 87-8.

<sup>32</sup> SERFATI, Claude. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In: CHESNAIS, François. **A mundialização financeira: gênese, custo e risco**. São Paulo: Xamã, 1998. p. 141.

A confluência de interesses entre Estado e capitalistas no desdobramento das premissas neoliberais aprofunda o processo de exploração na medida em que, além dos equipamentos produtivos, os detentores do capital passam a ter controle de forma cada vez mais ampliada da economia e das letras jurídicas.<sup>33</sup>

Em tempos de neoliberalismo a sobreposição do financeiro sobre o político passa ser questão de tempo e seu domínio hegemônico se transforma em instrumentos que regem as inovações financeiras, a desregulamentação do mercado e a consequente precarização da classe trabalhadora.

É sob a batuta do capital e dos organismos econômicos internacionais que as políticas de estado são redimensionadas. O capital se integra, mas também revela o grau de marginalidade com que trata as relações sociais e as contradições advindas de seu sistema. E é neste ponto de inflexão que os movimentos sociais adquirem relevância não apenas por tornar evidente a incompletude neoliberal, mas principalmente por entrar em choque com seu sistema.

### **O caso brasileiro e algumas condições históricas de ascensão do neoliberalismo**

No Brasil o papel do Estado passa a ser o mais enxuto possível em relação ao mercado, característica da tendência neoliberal no início dos anos 1990. Mas essa mudança de perfil em relação à gestão e à coordenação do processo econômico do país realizou-se dentro das particularidades políticas e econômica dos anos 1980. Ao mesmo tempo em que o Estado redefinia sua atuação no setor econômico e que regulou e administrou as contradições e mudanças por ele provocadas, também era expressão de setores do capital nacional cujo engajamento político na década de 1980 se fez presente na construção de inúmeros institutos de defesa das premissas neoliberais assim como no interior do governo como pressão no desenvolvimento e execução de políticas viabilizadoras de seus ideais.

As empresas nacionais e transnacionais foram auxiliadas e levadas, pelas políticas viabilizadoras, aos patamares de reestruturações necessárias para sua

---

<sup>33</sup> MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2004.

adaptação e inserção na economia internacional com o auxílio de programas de incentivo e a atuação decisiva do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Em relação às privatizações, o governo iniciou a entrega do patrimônio público aos setores privados a partir do chamado Plano de Desestatização procurando legitimar essa ação propagandeando a imagem de que essas empresas eram demasiadamente pesadas e custosas para o governo e que a privatização seria o caminho para sua modernização e o oferecimento de melhores serviços à população.

Mudanças significativas também ocorreram no processo de integração comercial através de inúmeros acordos bilaterais e multilaterais, caracterizando a quebra de fronteiras legais para a reestruturação econômica industrial interna e sua viabilização externa constituindo avanço para os investimentos, vendas e lucros. Para esse novo ambiente de comércio se constituía um novo regionalismo que permitiu a construção de novas zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e os mercados comuns. A implementação do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) e os debates em torno da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foram temas recorrentes na década de 1990.<sup>34</sup>

Nesse sentido, o fim da tutela (e não do seu engajamento) do Estado na condução da economia nacional e dos bens públicos mudou a direção dos investimentos permitindo que o capital estrangeiro assumisse, também, setores estratégicos do país. Mas tal ação particular que dá as bases e as características desse período resultou de uma conjuntura histórica de ordem política e econômica que também propiciou a adoção de uma nova conduta interna, como afirma Armando Boito Jr,

A vitória da plataforma neoliberal no Brasil deve-se a uma conjuntura histórica complexa que articula a situação internacional à história brasileira. Nesta conjuntura interferem fatores de ordem econômica (alternância de recessões com períodos de crescimento moderado e desemprego), de política internacional (reunificação do campo imperialista, desagregação da União Soviética), de política interna, fatores ideológicos (crise do movimento socialista) e outros. Alguns

---

<sup>34</sup> SCOLESO, Fabiana. **Reestruturação produtiva e sindicalismo metalúrgico do ABC paulista: as misérias da era neoliberal da década de 1990.** São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

desses fatores são de longa duração, outros circunstanciais – como as peculiaridades da eleição presidencial brasileira de 1989. Não é possível, portanto, explicar a vitória do neoliberalismo recorrendo a uma explicação estritamente econômica, como fazem os autores que se contentam em falar no ‘esgotamento do modelo de substituição de importações’. Tampouco nos parece correto o determinismo que decorre desse economicismo. É certo que a situação do início dos anos 90 impelia o Estado brasileiro para a política neoliberal.<sup>35</sup>

Os debates ficaram mais intensos na medida em que a atual forma do capital repulsou os interesses de classe. Seu fator subjetivo, que é a integração, na prática, representou a exclusão de parcelas populacionais gigantescas afastando-os de seus direitos através de uma prática jurídica de flexibilização das leis e permissão da entrada de maciços capitais sob a forma de privatização. Há, portanto um movimento de agregação dos interesses privados e da desagregação dos interesses sociais. Nesse processo que se abre o espaço da luta e a necessidade constante de se observar, entender e agir dentro deste cenário.

No que se refere ao mundo do trabalho e aos movimentos operário e sindical constituídos no Brasil há de se considerar uma mudança de posicionamento em relação ao neoliberalismo. Centrais responsáveis por grandes movimentos na década de 1980 passaram a atuar sob uma nova perspectiva alterando, inclusive, seus princípios e métodos de atuação. Em 1990 a Central Única dos Trabalhadores e os sindicatos a ela atrelados adotaram, após muitos debates e brigas internas, o sindicalismo propositivo. Em resumo ele seria a expressão de um sindicalismo que não perderia sua combatitividade histórica, entretanto também inseriria em sua pauta o princípio da negociação. Nos primeiros anos da década de 1990 com o avanço das políticas neoliberais e principalmente da reestruturação produtiva, o sindicalismo brasileiro, principalmente aquele atuante nos setores mais dinâmicos da produção, viram uma onda de desemprego assolar o país.

Diante de tal cenário os sindicatos se propuseram a discutir esse tema de forma cupulista. As Câmaras Setoriais Tripartites serviram de espaço para as discussões e para a negociação das perdas. Esse momento demonstra não apenas a

---

<sup>35</sup> BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999. p. 122.

mudança de comportamento dos setores de luta da classe trabalhadora como também um esvaziamento das tradicionais formas de reivindicação e do trabalho sindical de base.

Assim, os movimentos sociais se tornam expressão das contradições próprias dessa lógica de ser do capital ao mesmo tempo em que potencializam a reelaboração de estratégias e o ressurgimento outros atores sociais. As dimensões da luta se ampliam assim como suas especificidades, sobretudo convergem com outras forças dos movimentos sociais e na luta contra hegemônica que alcança.

De acordo com Andréia Galvão, em artigo publicado na Revista Debates,

Nos anos 90, diferentes movimentos sociais eclodem na cena política latino-americana. Alguns deles não são exatamente novos, mas é nesse momento que se tornam mais expressivos, tornando-se conhecidos para além das fronteiras de seus países de origem. São movimentos rurais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) no Brasil; urbanos, como os piqueteiros na Argentina; de caráter étnico, como os movimentos indígenas na Bolívia, Peru, Equador e México.<sup>36</sup>

A inserção desses movimentos não se dá em caráter novo e sim reassumem seu papel de resistência dentro de um cenário cuja tendência é invadir, destruir e desmobilizar qualquer tentativa de confronto. Não é uma ruptura, mas uma categoria em constante transformação que encontra, a partir da década de 1990, demandas geradas por um novo ciclo de acumulação capitalista. O desempenho dessa acumulação é viabilizado por uma integração da economia realizada pela desregulamentação política e por quebra de barreiras alfandegárias que dinamizam e mundializam a produção.

Dadas suas particularidades históricas a América Latina e tantas outras partes do mundo se transformaram em palco tanto do desdobramento das políticas neoliberais, assim como tornou visível, a partir de um novo ângulo, os indígenas, as mulheres, os negros e todos aqueles que, por conta da nova lógica de mundialização do capital, constituíram um novo e atualizado campo de lutas. É preciso lembrar também que o neoliberalismo atinge uma dimensão que não se configura apenas na alteração das relações econômicas. Ele alavanca uma mudança

---

<sup>36</sup> GALVÃO, Andréia. Os movimentos sociais da América Latina em questão. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, jul/2008. p. 8.

nas relações sociais que, estabelecendo níveis de competitividade e individualismo, confrontam interesses (etnias, gênero, religião...) e passam por cima das misérias e contradições sociais historicamente constituídas desconsiderando as assimetrias pelas quais as sociedades se edificaram.

A emergência da programática neoliberal se constituiu como política de Estado quando Fernando Collor de Mello foi eleito presidente da República por voto direto depois de 21 anos de ditadura militar e um processo de “redemocratização” que não permitiu ao povo o direito de eleger seu presidente em 1985.

A década de 1980 é bastante interessante para estabelecer os caminhos que levaram o Brasil para o neoliberalismo. É preciso recorrer a este período no sentido de reconhecer nele as premissas e a construção de instrumentos jurídicos que permitissem ao Estado e ao capital nacional e estrangeiro reconfigurar suas ações para se integrar aos novos ditames internacionais e integrar esse novo ciclo de acumulação capitalista mundializada e financeirizada.

Para compreendermos esse processo é necessário o abandono das análises ortodoxas a respeito da economia, pois elas inviabilizam uma análise mais complexa da realidade estudada e dos seus reflexos na nova ordem econômica nos vários setores da sociedade. É uma forma, também, de renovar os estudos das categorias sociais, políticas e econômicas, o que no nosso entendimento constitui a compreensão das particularidades da formação nacional e do novo grau de subordinação que o Brasil alcança nesse processo de submissão ao mercado mundial.

O avanço da tecnologia na produção de bens e o impacto que causaram no setor mais dinâmico da economia brasileira, a indústria automobilística, não podem ser analisados sem considerarmos também a expansão dos fluxos de financeiros e o processo de transnacionalização. Esse conjunto de novas atividades passou a respeitar uma nova lógica interna e externa. Novas relações de poder foram estabelecidas e são necessárias serem compreendidas para analisar a racionalidade das decisões tomadas.

O neoliberalismo adquiriu caráter supranacional e as políticas operadas diante do esgotamento do modelo de substituição de exportações não foi uma

mera adequação à mundialização do capital, pois existe um teor estratégico nas decisões governamentais.

De acordo com Eli Diniz,

A partir de meados dos anos 1980, a agenda neoliberal tornou-se progressivamente hegemônica no Brasil, observando-se paralelamente a ascensão das ideologias pró-mercado. No plano teórico, a ênfase nos argumentos neoclássicos e neo-utilitaristas reforçaria a rejeição do modelo do Estado desenvolvimentista, que, no passado, inspirara a trajetória da industrialização substitutiva de importações. Este seria crescentemente percebido como símbolo do atraso, expressando uma era que se esgotara. A discussão sobre modernização e atraso adquiriu centralidade, apontando-se o retorno à perspectiva liberal como um imperativo dos novos tempos. Como é sabido, trata-se de um debate fortemente influenciado pelas conjunturas internacionais, em suas flutuações ao longo do tempo. Os sinais emitidos por esses movimentos cíclicos amplificaram-se no espaço internacional, repercutindo em vários países e definindo novos parâmetros para as noções de modernidade e não-modernidade.<sup>37</sup>

Já havia uma pressão internacional para que a recomposição do Estado e os vários grupos econômicos, em especial aqueles do setor bancário, desde o início da década de 1980 clamavam por alterações nas políticas de estado que pudessem dar condições para a expansão dos seus interesses e redimensionar sua capacidade de financeirização. As elites empresariais ligadas ao comércio e a indústria adotaram uma postura mais ativista e suas federações e associações patronais espalhadas pelo país exerceram pressão no governo assim como procuraram eleger seus membros nas eleições de 1986.<sup>38</sup>

O posicionamento ideológico das elites empresariais constituiu uma alternativa de grande força para pressionar o governo a adotar parâmetros que fortalecesse o mercado e impedisse a aprovação de direitos trabalhistas. Das inúmeras associações criadas no período destacam-se aquelas que foram formadas com o intuito de representar o empresariado brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte que foi instalada em 1º de fevereiro de 1987 e que promulgaria após 20 meses a atual Constituição. Apesar do discurso efusivo do então presidente da

---

<sup>37</sup> DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 59.

<sup>38</sup> DINIZ, Eli.; BOSCHI, Renato. *Empresários e constituinte: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil*. In: CAMARGO, A.; DINIZ, Eli (Org). **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República**. São Paulo: Vértice, 1989.

Assembleia, Ulysses Guimarães<sup>39</sup>, a UBE (União Brasileira de Empresários) e também a PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) se juntaram a fim de impedir avanços nas políticas sociais. De acordo com Denise Gros,

Como centros de difusão ideológica do neoliberalismo, os Institutos Liberais se constituem numa forma peculiar de organização de determinadas frações empresariais da burguesia brasileira, cuja trajetória de inserção corporativista no Estado teve grande relevância na sua constituição histórica. Diferentemente das organizações corporativas, que negociam diretamente com o Estado os interesses da burguesia, ou das associações setoriais, que defendem interesses econômicos específicos de setores industriais ou financeiros frente ao Estado, os Institutos Liberais se constituem como entidades civis que tomam como eixo central de sua atividade a ideologia, a difusão de uma concepção de mundo entre os segmentos dominantes da sociedade. Aqui não se trata de defender interesses econômicos imediatos e sim, da tentativa de construir uma hegemonia burguesa, de difundir o neoliberalismo como uma concepção de mundo que transforme os preceitos do livre mercado em 'pensamento único'.<sup>40</sup>

Durante as décadas de 1980 e 1990 as premissas neoliberais prevaleceram no interior dos sindicatos patronais e nas federações, sobretudo a FIESP. É a formação de um grupo empresarial inclinados pela recomposição e reconfiguração do capital. A defesa de um programa de privatizações, reformas previdenciárias e trabalhistas eram os elementos que constituíam suas noções de estabilização monetária e liberalização da economia.

As novas e antigas entidades patronais representaram muito bem sua disposição de implementar uma economia de aporte neoliberal principalmente respaldado em seus projetos como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Não apenas a Constituinte de 1987 como também as eleições presidenciais de 1989, a

---

<sup>39</sup> Ulysses Guimarães proferiu a seguintes palavras acerca do início dos trabalhos: "É um parlamento de costas para o passado este que se inaugura hoje para decidir o destino Constitucional do país. Temos nele uma vigorosa bancada de grupos sociais emergentes, o que lhe confere nova legitimidade na representação do povo brasileiro. Estes meses demonstraram que o Brasil não cabe mais nos limites históricos que os exploradores de sempre querem impor. Nosso povo cresceu, assumiu o seu destino, juntou-se em multidões, reclamou a restauração democrática, a justiça e a dignidade do Estado." Para mais ver: <<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/institucional/noticias-institucionais/ha-25-anos-era-eleita-a-assembleia-nacional-constituente>>. Acesso em: 28 ago. 2016

<sup>40</sup> GROS, Denise B. Organizações empresariais e ação política no Brasil a partir dos anos 80. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, jul-dez, 2003. p. 274-275.

primeira por voto direto desde o término da ditadura militar, se transformaram em espaços na defesa e implantação desses projetos. De forma direta e indireta a composição do governo de Fernando Collor de Mello passou pela tentativa desses grupos de influir na tomada de decisões das políticas interna e externa.

### **Referências Bibliográficas:**

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva.** Londrina: Práxis, 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: BORÓN, Atílio, SADER, Emir (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático.** 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal: Collor, FHC e Lula.** São Paulo: Autores Associados, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

BIANCHI, Álvaro. **Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990.** Campinas: UNICAMP, 2010.

BRINGEL, Breno, MUÑOZ, Enara Echart. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 28-36, jan/abr 2010.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COX, Robert W. **Globalization, Multilateralism and Democracy.** Providence, RI: Academic Council on the United Nations System, 1992.

DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

- DINIZ, Eli.; BOSCHI, Renato. Empresários e constituinte: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil. *In: CAMARGO, A.; DINIZ, Eli (Org).* Continuidade e mudança no Brasil da Nova República. São Paulo: Vértice, 1989.
- DONADON, João Arthur. Manifestações de junho de 2013: análise da atuação dos movimentos sociais e antissistêmicos. Brasília, 2016. 127 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- DUMÉNIL, Gérard.; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. *In: CHESNAIS, François. A **finança mundializada**.* São Paulo: Boitempo, 2005.
- GALVÃO, Andréia. Os movimentos sociais da América Latina em questão. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, jul/2008.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias sobre movimentos sociais: o debate contemporâneo.** CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., Curitiba, 2011. Anais... Curitiba: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011. p. 3-4.
- GROS, Denise B. Organizações empresariais e ação política no Brasil a partir dos anos 80. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, jul-dez, 2003.
- HOUTART, François. **Forces et faiblesses de l'altermondialisation.** Paris: Le Monde diplomatique, 2003.
- HOPSTEIN, Graciela. **A rebelião argentina: assembleias de bairro, piqueteros e empresas recuperadas.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.
- KECK, Margareth.; SIKKINK, Kathrym. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics.** Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- HARVEY, David.; DAVIS, Mike.; ZIZEK, Slavoj et all. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas.** Boitempo: São Paulo, 2012.
- LINERA, Álvaro García. **A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia.** Boitempo/Clacso: São Paulo, 2010.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

SCOLESO, Fabiana. **Reestruturação produtiva e sindicalismo metalúrgico do ABC paulista**: as misérias da era neoliberal da década de 1990. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SERFATI, Claude. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. *In*: CHESNAIS, François. **A mundialização financeira**: gênese, custo e risco. São Paulo: Xamã, 1998.

SHAW, Martin. **Theory of the global state**: globality as an unfinished revolution. Cambridge: University of Cambridge Press, 2000.

WAGNER, Leoni. Sobre o “envelhecimento” dos “novos” movimentos sociais na Alemanha: reflexões teóricas acerca de crise, paralisia e fim de um modelo exitoso. **Revista Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, a. 2, n. 1, junho, 2002.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A primavera árabe**: entre a democracia e a geopolítica do petróleo. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:  
Universidade Federal do Tocantins  
Rua 03, Quadra 17, Lote 11, S/Nº  
Jardim dos Ipês. CEP: 77500000  
Porto Nacional, TO - Brasil